

A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS

Agroecological production of Rio Grande/RS

José Francisco Santos de Moura*
Jussara Mantelli**

***Ensino Estadual do Rio Grande do Sul - CETEC, Encruzilhada do Sul**
Núcleo de Estudos Agrários e Culturais - ARCA/FURG
Rua Nestor Moura Jardim, 140 – Encruzilhada do Sul, Rio Grande do Sul – Brasil – CEP: 96610-000
jfrangeo@yahoo.com.br

****Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Campus Carreiros**
Núcleo de Estudos Agrários e Culturais - ARCA/FURG
Av. Itália, Km 8 – ICHI – Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil – CEP: 96203-900
jussaramantelli@furg.br

RESUMO

O presente artigo pretende demonstrar como as práticas agroecológicas têm contribuído para que os produtores do município do Rio Grande-RS permaneçam cultivando a terra e produzindo gêneros alimentícios, sem agredir o meio ambiente. Esta pesquisa é resultado de dissertação de mestrado realizada e defendida na Universidade Federal do Rio Grande no ano de 2011. Constatamos que, dentro da realidade do município, a agroecologia tem contribuído tanto na oferta de alimentos de qualidade, como no debate sobre a preservação ambiental. Do mesmo modo, a pesquisa procurou compreender os processos, a finalidade e as tendências da produção agroecológica no município. Para isso foi importante compreender a organização produtiva, as formas associativas do produtor e suas relações com as políticas públicas. Para contribuir com estas considerações, buscou-se revisar alguns estudos que enfatizam a produção de base agroecológica como alternativa às técnicas propagadas pela revolução verde. Procuramos, ainda, evidenciar algumas iniciativas que visam reduzir a dependência de insumos externos e, por consequência, maior independência do produtor ante as oscilações de mercado. É importante salientar que além do levantamento bibliográfico e conceitual, foram consideradas para efeito de análise do tema, as entrevistas e as idéias apresentadas pelos agricultores entrevistados, eleitos para compor os sujeitos desta pesquisa.

Palavras-chave: Agroecologia. Desenvolvimento socioambiental. Agricultura. Produção Alimentar.

ABSTRACT

This article intends to demonstrate how agroecologic practices has contributed with the producers of the municipality of Rio Grande-RS to remain cultivating the land and producing food products without harming the environment. This research is the result of Master's thesis held and defended at the Federal University of Rio Grande in 2011. We found that, within the local reality, agroecology contributes very much in offering quality food, as well as in the debate about environmental preservation. This research also intends to understand the processes, purpose and trends of agroecological production in the county. For this it was important to understand the organization of production, forms of producer associations and their relationships with public policy. To contribute to these considerations we sought to review some studies that emphasized the agroecologically-based production as an alternative for techniques of the green revolution. We seek also to highlight some initiatives to reduce dependence on external inputs and, consequently, to improve producer independence against market fluctuations. Importantly, in addition to bibliographic and conceptual survey were considered for the purpose of issue analysis, interviews and ideas presented by the interviewees producers, elected to the subjects of this research.

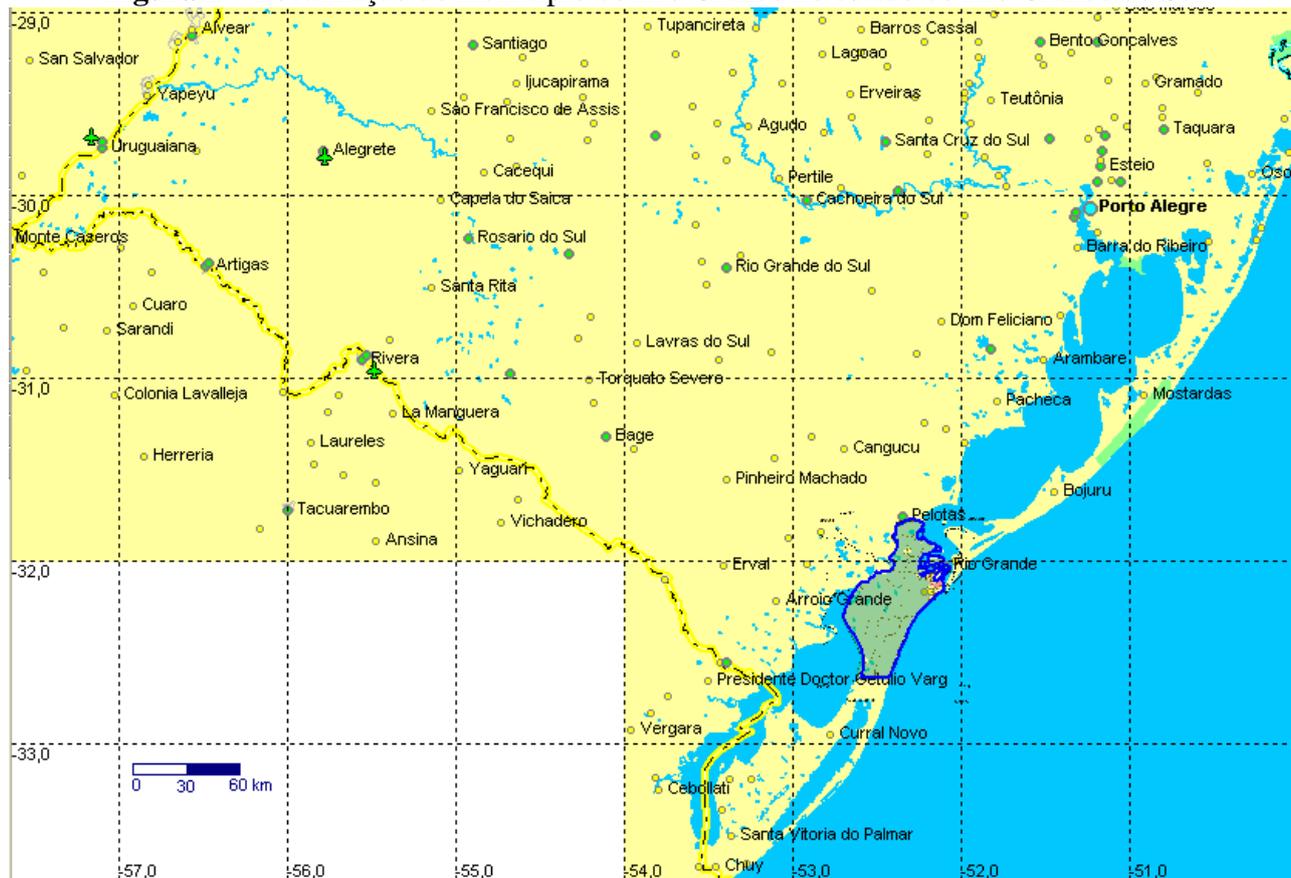
Keywords: Agroecology. Socioenvironmental development. Agriculture. Food Production.

1 INTRODUÇÃO

Considera-se importante demonstrar, nesta pesquisa, como a utilização de práticas agrícolas tem contribuído para que os produtores de Rio Grande-RS permaneçam cultivando a terra e produzindo alimentos, sem produzir impactos no meio ambiente. Para concretizar o estudo e chegar a estas considerações, tomou-se como base o conceito de agroecologia proposto por Altieri (2002) e o conceito de agricultura familiar, além de autores como Lamarche (1997), aquele proposto pela Lei nº 11.326. Entretanto, a ênfase do estudo de caso teve como principal fundamento o resultado das entrevistas com os agricultores envolvidos. Foram levantadas duas hipóteses que levaram alguns produtores do município do Rio Grande/RS a produzir de forma agroecológica: uma de caráter mercadológico e outra de caráter socioambiental (preservação ambiental e distribuição de renda). Diante do exposto, torna-se relevante tecer algumas considerações sobre a área delimitada para o estudo.

O município do Rio Grande ocupa uma faixa litorânea de terras do estado do Rio Grande do Sul, compreendendo a microrregião do Litoral Oriental da Lagoa dos Patos. A formação geológica dessa região compreende a bacia sedimentar marginal de Pelotas, que é do tipo bacia marginal, aberta, estável, costeira e de rompimento (VILLWOCK; TOMAZELLI, 1995). Essa bacia ocupa uma faixa estreita de depósitos sedimentares finos, que se estende entre a localidade de La Coronilla, ao Sul do Chuí, no Uruguai, até Florianópolis, no estado de Santa Catarina (Figura 1).

Figura 1 – Localização do município do Rio Grande no estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Malha Brasil - Software livre Trackmaker. Elaborado por MOURA, J.F.S., 2011

A Bacia do Pelotas possui parte imersa, costeira no Oceano Atlântico, e parte emersa, que se constitui na planície costeira do Rio Grande do Sul. A deposição de sedimentos ocorre desde o período terciário, da época do Mioceno (2,4 a 5,3 milhões de anos), mas teve seus eventos mais

aparentes no período quaternário (a partir de 1,8 milhões de anos) sendo a parte mais superficial (o solo e as dunas) desse período. Todos esses eventos, que ocorreram num tempo geológico relativamente recente, promoveram a formação de um ambiente com principais características geomorfológicas de ambiente sedimentar em formação e com terras exclusivamente de planícies.

Localizada em área subtropical, o clima é ameno e úmido, com distribuição regular das chuvas, estações definidas, com alguma ocorrência de formação de geadas no inverno, e verão quente. O regime pluviométrico é na média de 1300 mm/ano, sendo sua distribuição uniforme nos meses do ano.

A formação geológica, o relevo, o tipo de sedimentos em deposição, as chuvas, os ventos, entre outros, são as bases que determinam o tipo de solo predominante do local.

Para a agricultura, que é o nosso tema central, o conhecimento do solo é de fundamental importância, já que a fertilidade da terra é um dos fatores condicionantes da produção, mas também vai gerar as diferenças de renda na sociedade capitalista. O solo é um produto do intemperismo, das transformações que a crosta terrestre sofre nas relações com a atmosfera e hidrosfera, bem como do manejo humano.

A fertilidade natural do solo é baixa nas áreas não-inundáveis, ficando restritas à pecuária as áreas inundáveis e arenosas. Por outro lado, as terras não-inundáveis e de média fertilidade são indicadas para atividades “agrícolas diversificadas”, ou seja, pouco recomendáveis para monoculturas. De maneira geral, ocorre a predominância de solos completamente arenosos, que, embora cobertos por vegetação pioneira, são pobres em nutrientes, geralmente mal drenados e com déficit hídrico em algumas ocasiões.

Um estudo da EMBRAPA (CUNHA et al., 1996) apontou o potencial de uso da terra. Segundo alguns critérios estabelecidos no estudo, as terras do município ficaram divididas entre zonas, conforme o solo e a geomorfologia. Basicamente elas compreendem as zonas de lombada, as zonas de planície média e baixa, os banhados e as zonas de praia e dunas costeiras. Nas lombadas não há restrição para o cultivo arável, já que o solo não é inundável e tem boa textura, não havendo restrições para irrigação quando o terreno é de ondulação suave, porém o solo é raso. Estas terras, dispostas em uma forma de faixa paralela à costa, porém distante dela, situam-se no divisor de águas do município, configurando-se nas partes mais altas. Nas planícies o grande problema é com relação à drenagem do solo.

A possibilidade do enraizamento das plantas se restringe à zona superficial, menos compacta e aerada. A baixa declividade restringe a drenagem, principalmente no inverno. A irrigação não é aconselhada nessas áreas, já que o lençol freático fica entre quatro e doze metros, sendo em muitas partes salino, e sua elevação pode salinizar o subsolo (CUNHA et al., 1996, p. 66).

As pastagens podem ser melhoradas e o plantio de arroz resulta em produtividade elevada. Para as planícies baixas compreendendo as margens da Lagoa Mirim e Canal São Gonçalo, Cunha et al. (1996, p. 67) salientam que “não há possibilidade de crescimento das culturas durante grande parte do ano, em virtude da inundação e da falta de drenagem”.

De certa forma, essa é uma zona peculiar, a qual os pecuaristas e criadores chamam de “zona do couro limpo” já que se mantém inundada em parte do ano, permitindo a limpeza total de parasitas que atacam o gado, principalmente o carrapato, o que diminui as despesas com remédios. Nessas áreas, podem ser feitos cultivos como o arroz, mas com riscos elevados pelo descontrole sobre uma possível inundação.

Os banhados, lagoas e áreas adjacentes são área de preservação permanente, refúgio da vida silvestre e, portanto, não podem ser cultivados. Já nas zonas costeiras, o mesmo estudo da EMBRAPA aponta o seguinte:

Os cordões arenosos (Pl, Pc e Pcl) lagunares e marinhos podem ser usados, pouco e frequentemente, em pastoreio extensivo, na época de verão, pelas condições naturais de drenagem. Toda essa área, incluindo as partes erodidas e dunas, poderia ser **reflorestada**. A produção de madeira poderia ser pequena, mas as dunas seriam contidas e a área poderia ser atrativa ao turismo

(CUNHA et al., 1996, p. 67-68). [Grifamos a palavra reflorestada porque é mais adequado florestamento, ou silvicultura, já que nessas áreas não havia florestas para usar o termo reflorestamento].

Nessas áreas o grande problema é o ressecamento do solo, que é raso e contém pouca matéria orgânica. A produção nesse tipo de solo é possível com o acréscimo de matéria orgânica e irrigação. É imperativa para o êxito do empreendimento, a formação de um microclima úmido e resguardado do vento e também de uma camada fértil de solo.

A extrema percolação inibe a irrigação para cultivos comuns. Pela relativa proximidade dos cordões arenosos com grandes centros populacionais, pode se tornar factível o emprego da irrigação em pastagem cultivada, para produção de leite ou vegetais. Nesse caso, um substancial conteúdo de matéria orgânica deverá ser adicionado. Com o controle do lençol freático (salvo irrigação superficial), poderia haver cultivos de floricultura. Esse uso poderia ser econômico no futuro.

Nessas áreas, ainda que predomine a criação de gado e até mesmo o florestamento em parte dela, existem muitas propriedades que produzem hortaliças, possuem pomares e pastagem plantada. Porém, há um esforço maior para a produção nesse tipo de solo, que não retém a umidade principalmente nos meses quentes, quando as areias quartzosas ressecam com facilidade, dificultando a infiltração da água, que escoam superficialmente.

Nas entrevistas, os produtores nos esclareceram que há um esforço muito grande para produzir. Afirmaram: “neste ano a terra tava fria” [...], “tava magra” e assim por diante, referindo-se à capacidade produtiva do solo. A proximidade com os centros consumidores pode compensar o esforço maior no cultivo dessas áreas. De maneira geral os solos do município do Rio Grande têm origem no quaternário e, são predominantemente arenosos, são pouco ondulados, normalmente rasos e fortemente marcados pela necessidade de irrigação e drenagem.

A vegetação predominante é de gramíneas nas partes secas e vegetação aquática nos banhados. Segundo a classificação do projeto Radam Brasil, a vegetação classificada como pioneira está subdividida em duas formações: áreas de influência marinha – “de restinga” – e áreas de influência fluvial. Nas áreas de restinga predominam as formas biológicas de psamófitas e halófitas; junto às dunas, além das espécies psamófitas, também ocorrem espécies xeromorfas. Nos ambientes constantemente úmidos desenvolvem-se espécies higrófitas, geófitas e hemicriptófitas. O mesmo estudo aponta que esses tipos de vegetação são oriundos das formações de savana (IBGE, 1986, p. 588-593; RAMBO, 1994).

2 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL: O HOMEM SE INTEGRA AO SISTEMA COSTEIRO

Ao expor sobre a natureza física do lugar onde se localiza o município do Rio Grande, verificamos que suas peculiaridades ofereciam um desafio ao índio que aqui já estava estabelecido e ao colonizador que aqui chegou. Os primeiros relatos que fazem referência ao lugar retratam a hostilidade, principalmente no inverno, do vento incessante, das areias movediças. Isso demonstra que foi preciso um lastro de conhecimento do lugar para que efetivamente se pudessem estabelecer as moradias.

Os lugares, assim como os homens, estão em constante mudança, e talvez hoje seja mais prática a instalação de moradias e o cultivo do solo, porém é indispensável conhecer a história do estabelecimento da população nessas terras a fim de aprender sobre a sua natureza.

As terras onde hoje se assenta o município do Rio Grande eram habitadas pelos índios tapes e umbus, os quais coletavam e caçavam por estas bandas. Os seus testemunhos são os sambaquis ainda preservados no entorno das lagoas e corpos hídricos. Muito se perdeu de suas tradições e costumes, mas o certo é que eram povos nômades, viviam em organizações comunitárias e não impuseram resistência aos colonizadores portugueses e espanhóis que aqui chegaram. Também os índios minuanos costumavam descer para a zona costeira, principalmente nos períodos

de verão. Parte desses povos se incorporou e miscigenou aos colonizadores que aqui chegaram (QUEIROZ, 1987).

A ocupação efetiva dos campos sulinos do Rio Grande de São Pedro se deu de maneira lenta e gradual, segundo as condições socioeconômicas da Coroa Portuguesa. Assim como o restante do Brasil, a conquista lusa das terras que hoje formam o estado do Rio Grande do Sul se deu por via marítima. Por isso Rio Grande foi/é um ponto estratégico, sendo a porta de entrada do continente que se inicia e, por meio dos cursos fluviais, o ponto de partida para a formação de guardas, fortes e de povoados (RAMBO, 1994).

A construção do presídio Jesus-Maria-José teve a função geopolítico-militar de proteção das possessões lusas, mas também objetivos expansionistas, de domínio por ocupação, principalmente pelo domínio do Prata, empreendimento este já encaminhado com o estabelecimento da Colônia do Sacramento em 1684. Segundo Queiroz, (1987, p. 34), até 1737 o canal do Rio Grande, assim como o território que o circunscribe à Lagoa dos Patos e Mirim, ficava desocupado. Com a presença portuguesa na Colônia do Sacramento, localizada na desembocadura do Prata, os espanhóis passaram a se preocupar com essa ocupação lusa, tanto que fundaram Montevidéu em 1723.

No dia 19 de janeiro de 1737 o brigadeiro José da Silva Paes e sua guarnição desembarcam no estreito do Rio Grande de São Pedro e começam a construção “de esquemas defensivos” para guarnecer o território (QUEIROZ, 1987, p. 50). A mesma autora destaca a importância geopolítica de Rio Grande para a Coroa Portuguesa.

Através do Presídio do Rio Grande ficava garantida a posse de todo o território, que se entendia até Laguna, barrando os espanhóis em suas pretensões de cruzar o canal, ficando sob controle o acesso à imensa rede hidrográfica que penetrava para o interior a partir da Lagoa dos Patos. Para o Sul alcançava-se com socorros a Colônia do Sacramento em tempos de guerra e, em tempos de paz, incrementava-se aquela povoação e os negócios nela desenvolvidos. O novo estabelecimento permitia, dessa forma, disputar a posse dos imensos rebanhos platinos e, ainda, a participação direta no comércio de cavalos e mulas, garantindo o abastecimento dos centros consumidores do país (QUEIROZ, 1987, p. 39).

A partir de setembro de 1737 começa o povoamento, com a chegada de famílias procedentes de São Paulo. Nesse mesmo período, foi incorporado às fortificações e à vila que se formava um contingente de índios tapes. Há registros também de que posteriormente somou-se aos primeiros povoadores um contingente de índios minuanos, bem como de famílias de origem espanhola e famílias portuguesas vindas da Colônia do Sacramento, de Laguna (Santa Catarina), do Rio de Janeiro e das diversas ilhas lusas, sendo os Açores uma procedência recorrente (QUEIROZ, 1987). Todos esses contribuíram para a efetivação da colonização da península do Rio Grande, que teve, portanto, uma gênese cosmopolita.

Em um primeiro momento, até a década de 50 do século XVIII, a alimentação era alóctone, já que a população era formada basicamente por militares e comerciantes e, portanto, não havia agricultores e pecuaristas.

A base alimentar desses primeiros povoadores era a farinha, procedente de Laguna e do Rio de Janeiro, e a carne bovina, procedente do gado preado na Vacaria do Mar e posteriormente das estâncias imperiais da Torotama e do Bojuru. Inicialmente a produção agrícola para subsistência era pouco desenvolvida, embora em meados de 1750 já houvesse referências à possibilidade de produção de legumes, abóbora e melancia.

Segundo Queiroz (1987, p. 77), “a produção de quintal era voltada apenas para o consumo doméstico e a ampliação do setor urbano de subsistência se dará na década de cinquenta, com a chegada dos açorianos”. Ainda conforme a mesma autora, a estrutura fundiária estabelecida foi o regime de sesmarias, distribuídas para oficiais superiores e para o corpo de ordenanças, o qual era constituído de homens que prestavam serviço à Coroa Portuguesa, mas que não recebiam soldo porque dispunham de fundos próprios para a defesa do território. Estas estâncias, em número de 11

em 1741, tinham a base de mão-de-obra livre, não assalariada, mas no regime de agregados de estância, os quais trabalhavam pela proteção e pelo pedaço de terra para exploração. Também há referências de que nessas estâncias utilizavam o trabalho escravo indígena e de africanos.

A mão-de-obra escrava foi fundamental para os planos lusos. Ainda nesse período há referência que, na então capitania, existia 139 senhores de escravos, sendo 54 brasileiros e portugueses, 14 açorianos, dois espanhóis, um inglês e um francês. A quantidade de escravos é inexata, já que não havia interesse por registros, porém Queiroz (1987, p. 99) apresenta uma tabela em que classifica os donos de escravos segundo a quantidade de pessoas mantidas sob esse regime. Metade deles possuía um escravo, cinquenta e três, possuíam de dois a quatro escravos, dez possuíam de cinco a sete escravos, cinco mantinham de oito a dez escravos e um deles possuía quinze escravos. Multiplicando a quantidade de donos de escravos pelo número de pessoas mantidas sob esse regime, temos então que o número de escravos na capitania do Rio Grande fica entre 1076 e 1493. Conforme a autora referida, e posteriormente, com os relatos dos viajantes, a produção para a subsistência, bem como o cuidado com os pomares, era trabalho dos escravos.

A base da mão-de-obra das pequenas propriedades “foi essencialmente livre, branca, açoriana; os açorianos constituíram a autêntica classe camponesa da sociedade rio-grandina desse período” (QUEIROZ, 1987, p. 103). Na mesma obra (p. 108) a autora destaca que “o saldo positivo desse período ficou por conta da produção açoriana, que afastou da colônia o aspecto da fome, que rondava desde sua fundação”.

Em 1763 deu-se a invasão espanhola, obrigando a maior parte da população a se transferir para o lado norte da Barra, hoje município de São José do Norte. A população que ficou no lado sul formou os povoados de Torotama, Povo Novo e também os arredores dos Carreiros. No ano de 1776 os portugueses restabeleceram o domínio do Rio Grande, retornando parte da população. Também nesse período, foram redistribuídas oficialmente as datas de terras para 61 famílias na ilha da Torotama, que teve uma distribuição equitativa de 75 mil braças superficiais (16 hectares) para cada proprietário, e nos arredores do Povo Novo, a qual não obedeceu a esse critério, já que se deu ainda no período da invasão espanhola. Dessa forma, a área de terras de cada propriedade variava entre 10 mil braças superficiais (2,2 hectares) e 600 mil braças superficiais (132 hectares) (QUEIROZ, 1987, p. 141).

Nos séculos posteriores (XVIII e XIX) o município tem suas bases de crescimento na economia exportadora do charque, que inicia em Rio Grande, mas posteriormente se instala em Pelotas, município emancipado de Rio Grande em 1835. A cidade se desenvolve através do comércio marítimo – exporta os produtos da capitania/província e também é a porta de entrada para as importações.

O desenvolvimento de uma cidade comercial se deu com a contribuição de comerciantes de diversas origens, como os portugueses, alemães, ingleses e espanhóis, principalmente (MARTINS, 2006). Segundo o mesmo autor, a transferência de capitais do comércio constitui a base para o nascimento e a expansão da indústria no final do século XIX. Como essas fábricas demandavam matéria-prima do campo, como a lã para a fábrica Rheingantz, o gado para a Swift, posteriormente os legumes e frutas para a fábrica, Leal Santos, indiretamente promoveram o crescimento da produção comercial do campo.

Atualmente (início do século XXI), o município conta 197.252 habitantes (Censo de 2010); o PIB (Produto Interno Bruto) em 2004 alcançou a cifra de 3.820.671 mil reais, e em 2008, de 5.402.761, sendo que este último representou cerca de 27 mil reais *per capita*. A estrutura interna desses valores vem se modificando. A fonte principal é o comércio e serviços, com 37,43%; a indústria, 31,04%; os impostos e outros, 29,26%, e o setor agropecuário, cerca de 2,5%.

3 OS GRANDES MARCOS QUE TRANSFORMARAM A AGRICULTURA NO BRASIL

De maneira sucinta podemos destacar alguns pontos que foram fundamentais para que a agricultura brasileira tivesse profundas transformações. Partimos da forma distributiva de terras que predominou no Sul do Brasil: as sesmarias. Estas são as origens das grandes estâncias gaúchas, as quais eram movidas pela mão-de-obra escrava e dos agregados de estância. Essa saga é narrada também na literatura, principalmente por Cyro Martins nas suas obras que compõem a *trilogia do gaúcho a pé*.

Diversos autores apontam várias questões legais que foram/são fundamentais para concretizar a estrutura agrária concentrada que vigora no Brasil. A primeira delas foi a Lei de Terras de 1850 a qual restringe a forma de propriedade a partir da posse e ocupação. Essa lei é o marco que funda de uma vez por todas a propriedade privada da terra, bem como o acesso a ela somente através de compra e aquisição. A partir da República Nova de 1930 e com a crise do ano anterior, o Brasil segue a guinada rumo ao modelo urbano-industrial (PRADO JÚNIOR, 2006).

Com a queda do regime democrático e a tomada do poder pelos militares na década de 60, inicia-se o processo de industrialização do campo, principalmente com créditos subsidiados aos grandes proprietários para a compra de tratores, máquinas, adubos etc. (GUIMARÃES, 1982). Dessa forma, a razão dualista em financiar e subsidiar a grande exploração, principalmente aquela destinada à exportação, em detrimento das pequenas explorações e aquelas destinadas ao abastecimento interno, é “a irracionalidade estratégica e responsável pela acentuação da dualidade do processo evolutivo na agricultura brasileira” (GUIMARÃES, 1982, p. 331). Foi constituído o plano para a chamada modernização da agricultura, através do Estatuto da Terra de 1964 (FONTOURA, 2004).

A crise agrária brasileira não só tem suas origens na modernização conservadora, a partir da década de 60 do século XX; recrudesceram os velhos problemas de concentração da riqueza e de falta de terra para os pequenos lavradores (GRAZIANO NETO, 1980). A questão agrária do Brasil e a questão agrícola são temas de um mesmo processo. A opção brasileira por manter a velha e excludente estrutura fundiária fez com que um novo modelo técnico agravasse a desigualdade social e aprofundasse a crise no campo. Não fosse isso suficiente, a revolução verde provocou outros problemas.

O uso mecanizado do solo provocou erosão, compactou o solo e fez com que a água escoasse mais depressa, levando consigo os nutrientes. Por outro lado, o uso de adubos químicos sintéticos provocou a contaminação do solo e da água por nitritos, bem como a eutrofização de lagos.

Os agrotóxicos também contaminaram o solo, a água, as plantas, animais e o homem. Tudo isso fez diminuir a qualidade do alimento, encareceu a produção e a tornou dependente de combustíveis fósseis e das sementes e agrotóxicos produzidos por empresas multinacionais. Porém isso faz parte de uma filosofia de vida, de um modelo de civilização, enfim de uma forma com que a sociedade brasileira se relaciona entre e si e com o meio.

A chamada agricultura alternativa surge como uma crítica ambiental e social ao modelo monocultor e poluidor, principalmente a partir da década de 60 do século XX, no Brasil. Porém esse movimento nasce na Europa e na Ásia no início do mesmo século, sob diversas correntes filosóficas. Segundo Florit (2004), as chamadas correntes alternativas à agricultura moderna são bastante diversas, mas são analisadas na literatura a partir de quatro correntes: agricultura orgânica, agricultura biológica, biodinâmica e agricultura natural.

No Brasil essas correntes estão disseminadas e às vezes se misturam com outras formas de produção de comunidades tradicionais, como os produtores de vazantes de rios, os faxinais, as roças indígenas, os sistemas agroflorestais, entre outras. No entanto, podemos dizer que, sob a égide da produção orgânica, se abrigam algumas formas de produção de alimentos que primam pela ética do

não-uso de agrotóxicos (pesticidas, herbicidas, inseticidas), adubos químicos e sementes geneticamente modificadas.

Essas formas e técnicas agrícolas derivam de diversas correntes filosóficas, que possuem algumas visões em comum, mas se diferenciam em outras. Para designar um termo mais geral do que se indica ser “agricultura orgânica” tomamos a denominação de Medaets (2005, p. 9): “Utiliza-se o termo ‘orgânicos’ para identificar um padrão de produção de alimentos e fibras sem o uso de insumos químicos, agrotóxicos, fertilizantes, organismos geneticamente modificados, entre outros”.

4 A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE

A pesquisa de campo ocorreu entre os anos de 2008 a 2011. Nesse período nos concentramos em cinco produtores agroecológicos que produzem e vendem seus produtos, de maneira regular, no município do Rio Grande. Seus estabelecimentos se encontram nas localidades: Domingos Petrolina, próximo à rodovia BR-392; na localidade do Bolaxa, próximo ao balneário Cassino, e na Ilha dos Marinheiros. Por via terrestre, esta última localidade é a mais distante do centro, mas por barco é a mais próxima. A localização das principais feiras agroecológicas é: Feira Agroecológica da FURG, no Campus Carreiros; Feira do Produtor, no Cassino; Feira na Avenida Buarque de Macedo, e a Feira na Rua Visconde de Paranaguá.

Não há um padrão locacional nas unidades produtivas. Estas não estão nas localidades mais distantes do município, porém há unidades não-ecológicas mais próximas ao centro. Nesse caso, o fator proximidade não foi determinante para a conversão. Para chegar até as feiras os produtores usam carros e um deles possui caminhão. As feiras estão nos centros populacionais e na Universidade. O bairro mais distante com feira agroecológica é o Cassino, porém há produtores próximos a essa localidade.

Destacamos duas hipóteses entre as possíveis razões que levaram alguns produtores a produzir de forma agroecológica: as razões mercadológicas (o nicho de mercado verde) e as razões socioambientais (preservação ambiental e distribuição de renda). No princípio entendíamos que esses dois termos eram contrapostos, porém, após a realização das entrevistas e fundamentados em alguns autores, podemos dizer que eles não se excluem, mas no atual estágio, podem até mesmo se complementar, ou de alguma maneira um faz parte do outro.

Da primeira premissa podemos dizer que a produção agroecológica prima por uma ética qualitativa que vai além das razões de mercado. Mesmo que ela se insira no nicho de mercado verde, deve haver uma classe média consciente da crise ecológica e com disponibilidade de consumir produtos de qualidade diferenciada. Nessa hipótese, a agroecologia deve levar em consideração a qualidade do produto, garantindo alguns atributos indispensáveis. Da segunda possibilidade deriva outro pressuposto.

Ainda que as desigualdades sociais fiquem preteridas diante das questões do meio físico, uma agroecologia pressupõe a não-agressão ao ambiente, a reciclagem dos produtos locais, a preservação da cultura tradicional e do saber local. Por outro lado, a agroecologia mostrou, até então, ser praticada em pequenas propriedades, principalmente nos minifúndios. Dessa forma, é uma atividade rentável em pequenos espaços, porque produz algo específico, para um mercado específico, atribuindo características próprias no desempenho das atividades.

A primeira hipótese nasce com pelo menos dois problemas. Primeiro, se for nicho de mercado, terá pouca ressonância para a classe de trabalhadores urbanos de baixa renda. Além disso, está sempre no limiar entre a ética de produzir com qualidade e/ou trabalhar com a lógica do mercado, que almeja somente o lucro. Em coletânea organizada por Lovato e Schmidt (2006), há alguns textos que descrevem esses problemas.

O segundo problema deriva das razões de mercado e da necessidade de conversão dos lotes vizinhos. No município do Rio Grande são mais de 500 minifúndios, ou seja, lotes com menos de 25 hectares. Nestes, predomina a olericultura, e, na hipótese de que a maioria se converta em

produtores agroecológicos, por razões atrativas de mercado, ou por consciência ecológica, ou até mesmo por incentivo de políticas públicas, poderá suscitar uma concorrência.

Em um mercado competitivo e pouco cooperativo, quase sempre poucos ganham, enquanto muitos perdem; razão temerária em direção a uma nova onda de des-territorialização/concentração de terras. De qualquer modo, são importantes as discussões dessas possibilidades antes que elas aconteçam, a partir da identificação do germe das razões que movem essas tendências.

A seguir destacaremos algumas características que identificamos como fundamentais do produtor e da produção agroecológica do município do Rio Grande, no que se refere ao produtor e sua família, aos seus pressupostos, dificuldades e desafios no futuro. Com base nas entrevistas realizadas foi possível identificar algumas considerações.

5 A PRINCIPAL CARACTERÍSTICA: ELE É UM AGRICULTOR FAMILIAR

A Lei número 11326, de junho de 1996, que cria o PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), ratificou e reconheceu o termo agricultor familiar, valendo-se de alguns princípios, que constam no artigo 3º:

Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 1996).

A característica principal da agricultura familiar traz consigo uma peculiaridade até mesmo na disposição dos escritos. É que necessariamente teremos que descrever num mesmo plano as características do produtor, da unidade produtiva e das culturas. Então, ora estaremos falando do produtor, ora do produto e, em mais algumas palavras, já estaremos na unidade produtiva. A produção familiar tem essa característica. A indissociabilidade entre a unidade produtiva e a esfera do consumo doravante chamaremos de esfera reprodutiva, porque envolve outras variáveis, inclusive o consumo.

Em sua análise da unidade campesina, Chayanov começa pela família. Segundo o autor, a mão-de-obra é o elemento organizativo em qualquer processo produtivo, bem como “la composición familiar define ante todo los límites máximos y mínimos del volumen de su actividad económica” (1985, p. 47). O número de membros de uma família, bem como a concentração de famílias, é sem dúvida fator de força e poder.

Outro fator importante, além da disponibilidade de terra, é a quantidade de membros aptos ao trabalho que sustentam os consumidores na família. Esse núcleo, composto a partir do matrimônio até a formação de mais um núcleo, passa por diversas fases de maturação. Quando o casal está na fase incipiente e, ao nascimento dos primeiros filhos, ocorre uma sobrecarga aos pais e a necessidade maior de energia, que pode ser em forma de dinheiro.

A partir do momento em que o filho começa a trabalhar, ou seja, não é mais só um consumidor, esse quadro se reverte. O balanço entre o número de trabalhadores e de consumidores determinará a força de trabalho da unidade de exploração familiar e, por consequência, o grau de autoexploração.

La fuerza del trabajo de la unidad de exploración doméstica está totalmente determinada por la disponibilidad de miembros capacitados en la familia. Por eso es que el límite más elevado posible para el volumen de la actividad depende del

monto de trabajo que puede proporcionar esta fuerza de trabajo utilizada con la máxima intensidad. De la misma manera, el volumen más bajo está determinado por el total de beneficios materiales absolutamente esenciales para la mera existencia de la familia (CHAYANOV, 1985, p. 47-48).

O reflexo dessas mudanças está na própria produção, na realidade concreta, no grau de capitalização e na unidade produtiva. A família é um organismo vivo em transformação, como seus membros, podendo estar nas fases de vigor/abastança/ perecimento. Não estamos sustentando que exista uma regra estática, mas, segundo Chayanov, é importante fazer o balanço interno da família. Essa é uma característica peculiar à pequena produção familiar; as outras classes sociais têm sua própria dinâmica. É por isso que entendemos ser importante conhecer os elementos de reprodução em unidades familiares.

Para Lamarche (1997, p. 15), “A exploração familiar, tal como concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho, estão intimamente ligados a família”. Como demonstração da gama de agricultores familiares, Lamarche (1997) parte de um modelo original, ou do estado selvagem, para um modelo ideal, que seria o modelo empresa. Para o autor, a característica comum nesse sistema é a força de trabalho predominante da família e a heterogeneidade. O mesmo autor ressalta que toda produção camponesa é familiar, porém nem toda produção familiar é camponesa.

Dessa forma, o conteúdo do conceito de agricultor familiar é mais abrangente. Em Medeiros (2007), há o interesse em destacar as várias formas de representação da agricultura familiar e os espaços que tem conquistado nos últimos tempos. Para a autora, a agricultura familiar não é sinônimo de atraso ou pobreza, mas, de conquista através da produção diversificada, que agora vem incorporando novas alternativas como a agroecologia e isso traz benefícios socioeconômicos e ambientais.

Dos primeiros itens de identificação dos produtores tiramos algumas características. Os produtores agroecológicos do município do Rio Grande são exclusivamente produtores familiares e utilizam somente a força de trabalho da família, sendo que a base é o casal com a ajuda de um filho ou parceiro. As famílias que não possuem filhos aptos ao trabalho, ou quando estes não estão na propriedade, buscam outros artifícios, como a parceria, o trabalho por empreitada e/ou até mesmo o assalariamento em tempo parcial.

A média de idade é também importante para fazer o balanço entre trabalhadores e consumidores. O número médio de membros na unidade familiar é de duas a três pessoas. A relação consumidor/trabalhador é de praticamente 1/1, isso porque a base dessas famílias é o casal adulto com um filho. Somente duas famílias possuem um filho menor de 14 anos. A média de idade dos casais varia entre 50 e 60 anos, sendo que os produtores da Ilha dos Marinheiros têm a média de idade menor. Quanto à formação, é variada: alguns têm o ensino primário, outro médio e técnico e tem também com formação superior.

A sucessão hereditária ainda não está definida, e algo que preocupa alguns produtores é a sequência do seu empreendimento num futuro não muito distante. Esse é um assunto muito delicado e tratado de forma passageira nas entrevistas, todavia foi apontado como desafio à produção agroecológica, pois poucos jovens têm o interesse despertado para esse tipo de produção.

A área ocupada por esses empreendimentos é exclusivamente formada por minifúndios. Todos possuem propriedade com área inferior a 10 hectares. Esses produtores já têm larga experiência e tiveram contato direto com os vetores da revolução verde. A produção é diversificada, com destaque para as verduras, legumes e leite de cabra. No trabalho interno são produzidos pães caseiros e cucas, doces, geleias, patês, iogurte, frutas (uva e morango). Como estratégias produtivas, todos têm um produto principal e a variedade de outras culturas para complementar. A prática de produção diversificada é bem observada. Nas unidades de produção agroecológica, o processo produtivo varia de acordo com o tipo de produção.

No cultivo de hortaliças, de frutas e legumes há período de trabalho intensivo e outros de reparos e descanso da terra. A produção de morango, assim como os legumes, obedece ao ciclo de calor. O preparo da terra e o plantio começam no início da primavera e se estendem até o verão. As videiras também produzem nesse período, porém têm um processo diferenciado, já que se caracterizam como uma cultura permanente. Para a organização produtiva anual, os produtores planejam no plantio o período da colheita, de modo que alguns temperos como a salsa e a cebolinha devem ser plantados em datas específicas para produzirem todo o ano.

Outro ponto fundamental é o consórcio de plantas, bem como o binômio da produção animal/vegetal, e isso tem uma razão muito prática. No município do Rio Grande os solos são rasos, predominando as classes de neossolo quatzarênico nas áreas mais próximas ao mar, argissolos e planossolos em áreas mais altas e gleissolos próximas às lagoas. No entanto, é comum a presença de dunas vivas, o que torna a produção praticamente inviável, pelo dispêndio no preparo de terreno e também devido à legislação que proíbe a remoção das dunas.

Na maioria das terras do município do Rio Grande é fundamental o acréscimo de adubo orgânico, sendo o mais comum o esterco de bovinos, caprinos e de aves. Nesse contexto, os produtores agroecológicos reconhecem ser imprescindível o consórcio da produção vegetal com a criação de animais. Aqui surge outro desafio. Como alguns produtores possuem lotes muito reduzidos, com menos de cinco hectares, ficam restritos à criação de uma ou duas vacas, ou de animais de pequeno porte, como as cabras. Em último caso, vem a criação de aves. Um produtor nos relatou que criava vacas quando tinha uma área maior, mas, como reduziu o seu lote, teve que vender as vacas e comprar animais menores, ou seja, como o próprio referiu, “reduziu a área, reduziu o bicho”.

Na Ilha dos Marinheiros existe outra forma, não menos eficiente, de adubar a terra. Como nesse ambiente se desenvolve muita macega (*Saccharum angustifolium*), esta, depois de colhida e seca, serve como adubo. A arte da Ilha, como todos se referem, consiste na remoção de todo o canteiro antigo, e posteriormente se colocam as macegas secas na base do novo canteiro. Em cada lado do canteiro é escavada uma valeta (vala normalmente retilínea com cerca de 30 centímetros de profundidade). É dessas valas que a água acumulada é retirada para regar os canteiros. O instrumento utilizado (regador) consiste em uma panela, descartada da cozinha com pequenos orifícios no fundo, fixada na ponta de uma taquara.

Entretanto, alguns produtores necessitam dos insumos externos para suas atividades. Alguns produtores não conseguem produzir todo o esterco seco (curtido) necessário para a produção orgânica. No início esse produto não tinha um custo tão alto no mercado, porque não havia grande procura. Porém os preços inflacionaram com a procura constante por parte de alguns produtores agroecológicos.

Outro problema que um dos produtores enfrenta é a procedência desse material. Esse adubo (estrupe de animal) tem sua origem em estábulos não-orgânicos, de animais que em alguns casos se alimentam de ração e que são tratados com altas doses de medicamentos. Algumas alternativas já estão sendo tomadas para sanar esses problemas. A primeira e mais simples é a compra de um animal para a unidade produtiva, algo que depende da disponibilidade de dinheiro para a compra e de pasto ou comida para a nutrição do animal. O segundo é a utilização de outros materiais orgânicos como a macega, a casca de arroz e os biofertilizantes.

Como técnica produtiva, a característica é também heterogênea. Alguns produtores aprenderam suas técnicas com seus antecedentes; outros fizeram um curso ou têm formação na área. Por outro lado, eles também se consideram experimentadores. Invariavelmente pesquisam novas técnicas através da Internet, de livros e revistas técnicas.

Em uma das unidades pesquisadas são experimentadas as técnicas produtivas oriundas e específicas da biodinâmica. São feitos preparados de chifre-esterco e chifre-sílica, além de orientar as atividades do sítio pautadas no calendário biodinâmico. Outro produtor também nos relatou suas experiências no plantio de hortaliças em canteiro coberto com lona, o que impede a areia de colar

nas folhas das hortaliças. Também no manejo animal são experimentadas novas técnicas de alimentação, como o plantio de hortaliças e milho. Também no preparo de iogurte são feitas novas experiências, através da combinação de vários sabores de frutas.

Quanto à finalidade do produto, ficou evidente a produção para o consumo e para a venda. Aliás, um dos produtores nos relatou que nunca colocou veneno na produção para o consumo.

Já outro casal nos informou que parou de usar agrotóxico quando seus filhos nasceram e eles se deram conta de que aquilo iria prejudicá-los. Aqui há uma linha muito tênue e pouco precisa. Como a maioria desses produtores possui outra renda, como aposentadoria e renda de outras atividades, a relação venda/consumo também depende da quantidade de produtos disponível, valor oferecido pela mercadoria e renda do que é vendido.

Um produtor nos relatou que não vende nada por menos de um real e que, dependendo da escassez do produto, prefere consumir a vender. Enfim, é evidente a característica da racionalidade familiar camponesa. A produção atende em primeiro lugar a necessidade nutricional da família e, posteriormente, mas ao mesmo tempo, a venda. É evidente que nos períodos de safra ou abundância de determinado produto, o produtor vende mais do que consome. Na safra do morango, por exemplo, o produtor chega a vender mais de mil quilos de morangos por mês, quantidade muito superior ao que consome no ano. O mesmo ocorre com o leite de cabra, que em período de lactação de vários animais excede a venda em relação ao consumo diário na propriedade.

Ficou evidente nos diálogos com os produtores a preocupação com a produção com qualidade para o consumo próprio, mas também o aperfeiçoamento de alguns produtos em razão da demanda do consumidor. O contato direto com o consumidor permite que o produtor entenda os gostos e preferências dos seus clientes.

Há uma intenção muito comum a todos os produtores agroecológicos: produzir pouco, mas com qualidade diferenciada, e agregar valor ao produto. Por isso os produtores agroecológicos fazem algum tipo de beneficiamento no produto, evitando vendê-lo *in natura*. É o caso do iogurte, dos pães, cucas, doces, patês de ervas, dos legumes que são cortados e embalados em porções menores. Isso permite que alguns produtos tenham um valor monetário acima dos preços de mercado.

Os insumos ainda não são produzidos em sua totalidade na unidade de produção agroecológica. Não há autonomia do produtor agroecológico frente às demandas constantes de adubo orgânico, de sementes e de matéria-prima para a confecção de alguns alimentos. Por esse motivo alguns produtores se consideram “em transição” ou “produção sem veneno”, uma aproximação com uma verdadeira produção agroecológica.

Um dos produtores nos relatou que “não bota veneno” na sua plantação, porque entende que não precisa, contudo ainda utiliza adubo químico em alguns casos específicos. Outras unidades já nasceram como empreendimento exclusivamente voltado à agroecologia. Sendo o lugar fruto de um sonho, de uma utopia, todavia de uma utopia concretizável, de um sonhar de olhos abertos, podemos dizer de uma esperança de fazer alguma coisa para se concretizar, em vez de esperar as coisas acontecerem.

Entretanto, os desafios nessas unidades também são constantes. A necessidade da compra de insumos externos à unidade produtiva ainda preocupa – seja a compra de esterco para colocar na horta, seja a ração para os animais, a farinha integral, o açúcar, o óleo, o sal e outros produtos indispensáveis na confecção de produtos. Cada unidade tem sua própria demanda externa, devido à variedade na produção.

Os produtores, dentro do possível, preferem comprar seus insumos de outros produtores agroecológicos, porém em alguns casos isso não é possível. Dessa forma podemos entender que a agroecologia não só depende da relação produtor/consumidor agroecológico, mas de uma rede de unidades produtivas que possuem vínculos de uma forma ou de outra. Muitas vezes essa interdependência vai influenciar diretamente a qualidade do produto, principalmente quando

dependem de insumos oriundos de propriedades que não estão totalmente inseridas no exemplo agroecológico.

Os produtores agroecológicos do município do Rio Grande aprenderam suas técnicas produtivas com seus antepassados, mas também através de cursos e visitas a outras propriedades. Na Ilha dos Marinheiros, por exemplo, já existia uma tradição no cultivo de uvas em parreirais, para o preparo de vinho e jurupiga. Ali foram resgatadas algumas artes no preparo da bebida, bem como no cultivo das uvas.

Um dos produtores nos relatou que encontrou uma prensa antiga, que há muito tempo estava descartada. Com o resgate desse equipamento é que foi possível desenvolver os seus produtos. É também nessa localidade que se observa uma antiga técnica no preparo dos canteiros para a produção de hortaliças, bem como no uso e controle da rede de valas nas laterais dos mesmos, para o processo de irrigação. Estas podem estar abertas ou fechadas, dependendo da quantidade de água disponível nos diferentes períodos do ano. Já os produtores do Cassino (Bolaxa) relataram que há algum tempo estão desenvolvendo a atividade da olericultura e a produção de leite, principalmente de cabras. Esses produtores passaram por um processo de conversão, pois no passado chegaram a produzir de maneira convencional, utilizando os insumos propostos pela revolução verde.

Como políticas públicas municipais relevantes, estão alguns programas e projetos que efetivamente foram direcionados à agroecologia. O primeiro deles foi a construção das bancas no Cassino destinadas aos agricultores familiares. O projeto Feira Ecológica, que começou no centro da cidade e hoje está junto com a feira do Cassino, porém com identificação das bancas de produtores agroecológicos. Essa política foi implantada em 2003, com o apoio do governo estadual, e teve sequência com o projeto Costa Sul financiado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Esse projeto incentivou a criação de um grupo de produtores agroecológicos, trabalhando com a ideia do cooperativismo.

Segundo o relato dos produtores agroecológicos, na época da implantação do projeto apareceu um contingente para formar o grupo, porém quando terminou o incentivo, poucos produtores permaneceram. Isso é uma experiência negativa e os que permaneceram alegam que “quando há expectativa de vinda de dinheiro é fácil montar um grupo, aparece gente, mas dar sequência que é o causo”, como frisou um dos produtores. Acrescenta o mesmo que na formação inicial dos grupos teve a presença de granjeiros de arroz e de fazendeiros com mais de 1000 cabeças de gado, mas quando viram que não havia disponibilidade contínua de dinheiro eles abandonaram a proposta. Segundo o mesmo produtor, a agroecologia não é um empreendimento para enriquecer (no sentido econômico), ou para melhorar de vida “da noite para o dia”, e foi isso que alguns perceberam. Por isso é colocado como argumento que é preciso gostar da atividade, pois a compensação financeira pode não ser o esperado.

A feira do produtor no Cassino pode ser destacada como uma boa política pública. Igualmente a Feira Agroecológica no campus da Universidade Federal do Rio Grande foi destacada como uma boa política de incentivo à produção orgânica. Em princípio (2005) a feira era realizada em bancas, montadas em anexo ao Restaurante Universitário da FURG no Campus Carreiro. Com a necessidade de expansão do restaurante, a feira foi montada ao lado do mesmo. Para isso foram concedidos uns toldos, adquiridos através do projeto desenvolvido na Universidade denominado Agricultura Urbana e Periurbana. No final do ano de 2010 foram construídas duas tendas de madeira para os produtores agroecológicos, o que consolida o espaço permanente dentro da Universidade. Esse espaço é fundamental para venda dos produtos diretamente ao consumidor, bem como serve de exemplo e afronta ao modelo agroquímico e industrial.

Os produtores também destacaram a importância do apoio de projetos e programas do NUDESE (Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico). Esse núcleo vem incentivando e fomentando o desenvolvimento da agroecologia na região. A ideia é organizar um grupo de

produtores, estimulando a transição para agroecologia, fomentar a cooperação e a economia solidária.

O projeto “Desenvolvimento da Agricultura Urbana e Periurbana na Aglomeração do Sul”, implementado no final de 2008 em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), atendeu mais de 30 empreendimentos, entre produtores individuais, instituições públicas e ONGs, nos municípios do Rio Grande e São José do Norte. Nesse último município foi organizado o primeiro grupo de produtores agroecológicos, os quais também receberam os toldos para expor seus produtos à venda. A feira de São José do Norte é realizada todas as sextas-feiras no centro da cidade. No ano de 2011 o projeto “Agricultura Urbana e Periurbana”, deveria receber mais verbas de órgãos federais como o MDS podendo atender um maior número de produtores.

O Centro de Convívio dos Meninos do Mar (CCMar), ligado à FURG, tem realizado outra política importante, através da inclusão de jovens provenientes da periferia de Rio Grande. Para estes, são oferecidos cursos de formação e capacitação, e o curso de agricultura familiar baseado na agroecologia se constitui não só em um aprendizado, mas em uma realidade palpável, através do desenvolvimento de uma horta urbana.

No entanto, a agroecologia carece de um programa que dê sequência e tutore os produtores iniciantes por um período mais longo. De modo geral, o produtor tem pouca, ou quase nenhuma, política pública específica para o desenvolvimento da agroecologia. Hoje, os incentivos para a agricultura familiar são em sua maioria provenientes de políticas do governo federal. Porém, se formos ver a proporção dos incentivos que recebem os praticantes do agronegócio em relação aos produtores familiares, veremos uma grande disparidade.

No plano de safra 2010/2011, o governo destinou 100 bilhões para o agronegócio e 16 bilhões para a agricultura familiar. Isso demonstra que a importância da agricultura familiar, que abastece a mesa dos brasileiros, ainda é relegada a um plano secundário, devido à força política da bancada do agronegócio. O estado do Rio Grande do Sul teve, nas últimas administrações, um retrocesso na assistência ao produtor. Em visita que fizemos à EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) em Rio Grande, constatamos que esta não realiza nenhum projeto para agroecologia, o que demonstra a falta de interesse e o descaso com esses produtores.

Uma das principais razões para o produtor seguir produzindo de maneira agroecológica é a produção para o consumo. Isso transpareceu nas entrevistas que realizamos com os produtores. Nenhum deles produz uma mercadoria alheia aos seus gostos e costumes. Um diz que produz leite, iogurte e cucas porque gosta desses produtos. É o mesmo argumento daqueles que produzem hortaliças.

A preocupação inicial é produzir um alimento de qualidade, com atributos que o mercado não oferece. Por isso, dentro das suas possibilidades, o produtor agroecológico busca produzir a maior parte daquilo que consome, porém existem as diversas limitações já descritas, como o tamanho da propriedade, a fertilidade do solo e a falta de mão-de-obra.

A primeira limitação é fruto de uma distribuição perversa de terras, algo já descrito como a histórica formação da desigualdade social. Em um lote pequeno e pouco fértil, a agricultura deve ser compensada com maior intensidade de trabalho. Por isso precisa de mão-de-obra intensiva. A segunda limitação deriva da necessidade de reabilitarmos velhas relações de trabalho peculiares à agricultura familiar camponesa, como a parceria, os mutirões, a ajuda mútua, entre outras.

O assalariamento não é visto com bons olhos na agroecologia local. Os produtores agroecológicos do município do Rio Grande não pretendem assalariar e manter um trabalhador nesse regime em sua unidade produtiva. Primeiro porque a produção encarece e eles não dispõem desse excedente no momento. Segundo, porque abre novas demandas da unidade, o que pode desestruturar o processo produtivo. Aqui cabe uma distinção importante. As relações de assalariamento são preponderantes para o regime industrial capitalista, porém pouco recomendáveis para uma produção agroecológica.

Um processo de assalariamento em pequenas unidades requer entrada constante de dinheiro e, portanto, de venda de produtos a fim de remunerar o trabalhador, algo que tende a acelerar o ciclo biológico de recuperação do meio físico. Está muito claro na ideia do produtor agroecológico que há necessidade de resgatar os processos naturais, como o plantio nas estações em que a planta se adapta melhor, o pousio de parte das glebas plantadas. Essa técnica não se destina somente à recuperação da fertilidade do solo, mas também para eliminar possíveis patogêneses.

6 O PRINCIPAL PROBLEMA NA AGROECOLOGIA LOCAL: A PRODUÇÃO

Um item significativo abordado nas entrevistas e conversas com os produtores refere-se aos problemas e desafios para o progresso da produção agroecológica no município do Rio Grande. Assim como o problema da pesca artesanal é a falta de peixe, o desenvolvimento da agroecologia em Rio Grande esbarra na produção. Não por acaso, apenas meia dúzia de produtores se dedicam a esse tipo de produção. Primeiro, porque tem que ser um produto de qualidade e isso exige tempo e técnicas específicas para elaboração das hortas e dos produtos, como os pães, patês, bebidas etc. “A produção agroecológica depende muito do clima”, argumentou um dos produtores de hortalças. Segundo ele, na produção convencional, quando uma planta não se desenvolve, ou seja, ela não cresce ou não produz frutos, o produtor vai à loja agropecuária, busca um “remédio” e coloca na planta. Já a produção agroecológica “depende do clima, depende da terra estar quente e assim por diante”.

A poluição também foi apontada como um problema que está dificultando a produção. Segundo o mesmo produtor, em alguns anos a fumaça da poluição baixa onde tem mato e contamina a produção. No ano passado não produziu brócolis e mostarda devido à poluição (proveniente das chaminés das fábricas de adubos, dos carros etc.).

A falta de um técnico que atenda os produtores foi também apontada como uma dificuldade, pois quando aparece um problema na unidade, geralmente o produtor tem que resolver por sua conta ou terá perdas.

O segundo ponto assinalado é a produção na unidade e a busca de ingredientes de qualidade fora da unidade produtiva. Alguns produtores ficam receosos de procurar um determinado insumo para sua produção e não encontrar. O terceiro ponto e, talvez um grande limitante à produção, refere-se às vendas, pois os consumidores exigem a oferta de produtos regularmente.

Há grande dificuldade entre todos os produtores em regular a oferta de seus produtos. Segundo declarou um dos produtores, “o consumidor está cada vez mais exigente com os produtos e quer também variedade”. Outro produtor nos relatou que certa vez chegou a oferecer uma entrega a domicílio de cestas com produtos de seu sítio. O consumidor fazia uma lista e o produtor entregava. Porém não teve uma clientela regular que mantivesse esse sistema, então retornou ao sistema de venda em feiras. Em outra entrevista o produtor relatou que a gestão passada do restaurante universitário comprava 30 pés de rúcula por semana da agroecologia, mas a nova empresa que ganhou a concorrência não teve o mesmo procedimento. Para ele, os lanches vendidos no Centro de Convivência da FURG poderiam ter, em sua composição, produtos orgânicos como a alface, cenoura, entre outros, o que seria um incentivo à produção.

Outro produtor teve que fazer algo diferente para contornar o problema da falta de produtos na sua barraca e ter uma oferta constante. Sabendo que alguns produtos sempre têm procura pelos consumidores, passou a produzir esses produtos e também a comprar de outros produtores para colocar na feira. É claro que esse produto comprado não é agroecológico. Isso o restringe a não destacar a sua banca das demais, pois ele não vende somente os seus produtos agroecológicos, mas também outros produtos de lavouras convencionais.

Segundo observou outro produtor, “o consumidor cada vez mais quer comodidade, quer encontrar todos os produtos em um só local”.

A necessidade da oferta de produtos no mercado de maneira regular também interfere na aquisição de insumos externos à unidade, uma vez que o produtor não consegue produzir tudo o que precisa na unidade. Vejamos o caso da jurupiga da Ilha dos Marinheiros. Esse produto, derivado da uva, é muito apreciado, peculiar e de tradição, trazido pelos portugueses. Já destacamos que a Ilha dos Marinheiros produzia grande quantidade de uvas, pois havia um extenso plantio de videiras (parreiral) entre as chácaras.

Atualmente somente dois produtores mantêm os parreirais, sendo estes agroecológicos, produzindo vinho, suco de uva e jurupiga. Esses parreirais não são suficientes para atender a demanda desses produtos. A solução é comprar a uva de outras regiões, como a serra gaúcha, o que torna o produto mais convencional.

Retomamos aqui uma discussão importante. Como regular a oferta se há diversos limitantes para uma produção satisfatória? Podemos dizer que isso é também resultado do isolamento do produtor agroecológico. Isolamento, nesse caso, em relação ao contínuo territorial, ou seja, ele está rodeado por produtores que utilizam agrotóxicos. E também isolamento entre eles, pois atuam em feiras diferentes e espalhadas em distantes pontos da cidade do Rio Grande, bem como trabalham com produtos diferentes. Como são produtores muito independentes, ainda não há uma cooperação entre eles que possa manter o cliente suprido de determinado produto, através de rodízio na produção.

Os negócios e contatos ocorrem individualmente, mas não há a cobertura de determinada demanda por outro produtor, caso esteja em falta. Entre eles não há um planejamento comum, que sincronize os processos produtivos em suas unidades a fim de atender a demanda de maneira contínua. Isolados, cada um produz de acordo com as necessidades de consumo e com a possibilidade de vender.

Esgotada a oferta, se dispersa o consumidor cativo daquele produto. “O problema é produzir”, ressaltou um dos produtores agroecológicos, “depois de pronto é barbada vender”. É claro que a venda também pode ser prejudicada porque uma oferta irregular não dá certeza ao consumidor. Dessa forma, a produção agroecológica do município do Rio Grande é incipiente. Ainda não há uma rede de produtores e consumidores agroecológicos, para que se tenha sempre a oferta de produtos e de insumos orgânicos.

Outro limitante ressaltado é a escassez de mão-de-obra. Como verificamos as famílias dos produtores agroecológicos são pouco numerosas e com média de idade elevada. Alguns abominam as relações de assalariamento, pois entendem que é uma relação injusta. Outros vêem no assalariamento uma impossibilidade de renda, o que impediria o seu empreendimento. Outros regimes e relações de trabalho são procurados, como a parceria, o trabalho por empreitada e o regime de diarista. Entretanto, isso depende muito da disponibilidade de trabalhadores que queiram se submeter a esse regime. Invariavelmente os trabalhadores preferem um trabalho estável e de carteira assinada, algo ainda impossível para os produtores agroecológicos.

A falta de terras é também apontada como fator limitante à produção. Como salientamos, as unidades agroecológicas são minifúndios com menos de 10 hectares. Com terras de baixa fertilidade natural, a produção somente é possível com acréscimo de adubo orgânico. Porém, quando não há mais espaço favorável à expansão, o produtor pode incorrer em uma acomodação naquilo que produz.

A questão da certificação é um tema muito importante para a produção orgânica, pois é preciso ter um controle de qualidade e procedência do produto. Quando os problemas da produção e da venda se encontram encaminhados, a temática da certificação fica mais ressaltada.

Dois produtores entrevistados demonstraram preocupação com relação à fiscalização e apreensão dos seus produtos artesanais. Para eles, o desconto de impostos, acrescido dos custos da certificação, encareceria o produto, o que não é do seu interesse.

De modo geral, alguns produtores agroecológicos são pessimistas com relação ao futuro do seu empreendimento. Como os filhos já se encontram em outra profissão e não estão trabalhando

em sua unidade, há certo “cansaço” do produtor. Com as formas de organização e de suporte que se tem no momento, a agroecologia não tem um futuro muito promissor. Foi o que nos relatou um dos produtores. “Se amanhã nós não viermos aqui e colocar a banca, ninguém vai reclamar, só nos primeiros dias, mas amanhã eles vão ao supermercado e compram lá, porque na cabeça deles é tudo igual”.

Já outro sítio também tem clareza deste problema. Por isso tem se preocupado em ser não só um lugar de produção agroecológica, mas também de difusão de conhecimento em agroecologia através de cursos e seminários. Para esses produtores, é importante o papel dos jovens no futuro da agroecologia, pois são eles que darão continuidade à proposta.

7 A AGROECOLOGIA COMO UM ESTILO DE VIDA

De maneira geral, podemos ver que cada unidade produtiva agroecológica tem suas peculiaridades, seus desafios, suas razões de assim estar e, de modo geral, alguns problemas comuns à agricultura familiar. Todavia, aparecem novos percalços, pois para alguns a produção agroecológica implica um novo estilo de vida.

Já outros são mais práticos, ao afirmar que a agroecologia é uma forma produtiva que não usa veneno, mas é destinada a atender um mercado específico. Deixam claro que o mercado é seletivo, mas que é possível produzir com qualidade e difundir a agroecologia nas massas.

Sabemos que, enquanto alguns falam em agroecologia, em produtos sem veneno, o consumidor é bombardeado de informações e propaganda dos demais produtos convencionais. Mas há aqueles que vendem seus produtos a preço de mercado e entendem que o seu produto não pode ser caro e deve ser acessível aos trabalhadores de baixa renda. Para estes, o seu produto teria um consumo em massa, porém eles também não conseguem grande quantidade na oferta.

O que há de comum em todos os produtores é o exemplo e a disseminação das práticas agroecológicas. Todos os sítios estão abertos à visitação, e alguns oferecem cursos e seminários sobre essa temática, algo fundamental para formar um grupo maior. Esses produtores são pioneiros, sonhadores e resistentes. Em um mundo competitivo, estão remando em águas turvas e cheias de contradições, como: desenvolvimento econômico e preservação do ambiente, entre o econômico e o ecológico, entre a mercadoria de negócio, que não tem alma, e o produto personalizado, de qualidade e que traz a marca do produtor.

Também há o diálogo com os consumidores nas feiras, algo importante na construção de novos conhecimentos e valores.

Alertamos também para as ideias de evolução da agricultura familiar, incluída dentre elas a agroecologia. Lamarche (1997) demonstrou em seus estudos uma evolução, partindo de um modelo original, ou do estado selvagem, para um modelo ideal, que seria o modelo empresa.

O grau de distanciamento entre cada indivíduo varia numa escala de um a cinco. Segundo o seu esquema teórico, aqueles que se aproximam de um estado selvagem, ainda que preservem o caráter camponês da coesão interna, podem desenvolver problemas em um mercado exigente. Por outro lado, aqueles que se aproximam de um modelo familiar empresarial acabam perdendo exatamente aquele ponto essencial: a característica social afetiva de coesão interna do grupo.

Na agroecologia do município do Rio Grande é possível alguma comparação a esse modelo. Aqueles que primam pelo nicho de mercado elencam, de maneira pouco coesa, os fatores internos da família, priorizando mais as razões econômicas. Os que priorizam a família e a produção, primeiramente para o consumo, elencam uma estrutura familiar e a comunidade como fatores principais. Segundo as conclusões do autor referido, o que está em melhor situação é aquele que consegue manter o equilíbrio. Dessa forma, a produção agroecológica familiar do município do Rio Grande não pode ser somente um nicho de mercado verde, tampouco prescindir do mercado. No entanto deve estar atenta às prioridades da família.

8 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS DA AGROECOLOGIA LOCAL

Diante do apelo consumista, o qual é reforçado pela mídia, podemos dizer que o produtor agroecológico do município do Rio Grande é um pioneiro. Mas, muito mais que isso, é um visionário resistente.

O mercado capitalista demanda regularidade na oferta e, além disso, exige que a agricultura produza mercadorias baratas, para que os custos de reprodução do trabalhador urbano permaneçam estáveis. Há um ponto onde a demanda por produtos agroecológicos excede o tempo de recuperação da natureza.

Por outro lado, as unidades produtivas demandam uma soma maior de insumos e, portanto, de necessidade de venda. Cabe ainda o debate sobre a conversão coletiva, já que, dentro de uma visão mais abrangente, não há agroecologia isolada.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1985.
- CUNHA, N. G. et al. **Estudo dos solos do município de Rio Grande**. Pelotas: Universitária/UFPel; EMBRAPA/CPACT; 1996, 74 p. (Doc. CPACT; 16/96).
- FLORIT, L. **A reinvenção social do natural: natureza e agricultura no mundo contemporâneo**. Blumenau: EDIFURB, 2004.
- FONTOURA, L. F. M. A produção social do espaço agrário. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. (Org.). **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. v. 1. p. 233-246.
- GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2^a ed. 1982.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Levantamento dos recursos naturais**. Rio de Janeiro: IBGE, folha SH 22, vol. 33, 1986.
- LAMARCHE, H. (coord.). **A Agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: UNICAMP, volume I - uma realidade multiforme, 2^a ed. 1997.
- LOVATO, P. E. e SCHMIDT W. (orgs). **Agroecologia e sustentabilidade no meio rural: experiências e reflexões de agentes de desenvolvimento local**. Chapecó: Argos, 2006.
- MARTINS, S. F. **A cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990)**. Rio Grande: Editora da FURG, 2006.
- MEDAETS, J. P. e FONSECA, M. F. de A. C. **Produção orgânica: regulamentação nacional e internacional**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 2005.

MEDEIROS, R. M. V. A produção familiar e suas diferentes formas de representação. In: MARAFON, José Gláucio; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo. (orgs.) **Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007, p. 169-178.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 24^a edição, 2006.

RAMBO, B. O litoral Rio-Grandense. In. RAMBO, B. **A fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaio de monografia natural**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994, p. 1 -56.

QUEIROZ, M. L. B. **A Vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Rio Grande: FURG, 1987.

VILLWOCK, J. A. e TOMAZELLI, L. J. **Geologia costeira do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, CECO/IG/UFRGS, Notas técnicas, 1995. p. 1-45.

Data de submissão: 18.04.2013

Data de aceite: 05.11.2015

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.